

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 752.468 - MG (2015/0185180-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : OLESIA SOARES
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA - MG047254
LUCAS VALLADAO NOGUEIRA FONSECA E OUTRO(S) -
MG150118
AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO
DO BRASIL PREVI
ADVOGADOS : DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM - MG040999
LUIS GUSTAVO REIS MUNDIM - MG157259
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

CIVIL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73**. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA COM CONFISSÃO DE DÍVIDA E PACTO ADJETO DE HIPOTECA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO GUARDAM PERTINÊNCIA TEMÁTICA COM A TESE DEFENDIDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 282, 284 E 356, TODAS DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. MATÉRIA ACERCA DA QUAL NÃO SE DECLINOU DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

OLÉSIA SOARES (OLÉSIA) opôs embargos à execução movida pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL (PREVI), objetivando a declaração da nulidade de cláusulas abusivas do seu contrato de financiamento de imóvel com pacto adjeto de hipoteca, tais como juros capitalizados, amortização pelo sistema PRICE e do CET (Coeficiente de Equalização de Taxas).

O Juízo de piso julgou parcialmente procedentes os embargos (e-STJ, fls. 221/229 e 239).

Inconformadas, OLÉSIA e PREVI apelaram.

A apelação interposta por OLÉSIA foi parcialmente provida e o apelo da PREVI foi desprovida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DO DEVEDOR - CRÉDITO IMOBILIÁRIO - INICIAL - INÉPCIA - EMENDA - PRESCRIÇÃO - AÇÃO

EXECUTIVA - VENCIMENTO ANTECIPADO - PRESCRIÇÃO - VENCIMENTO DO TÍTULO - PRESTAÇÃO - ATUALIZAÇÃO - AMORTIZAÇÃO - TABELA PRICE - APLICAÇÃO - LIMITE TÉCNICO.

A inépcia da inicial fundada no não cumprimento da norma do art. 50 da Lei n. 10.931/2004 (discriminação do valor incontroverso) não pode ser declarada, quando a ordem de emenda da inicial para esse fim foi cumprida. O vencimento antecipado das obrigações contraídas não altera o termo inicial para a contagem do prazo prescricional da ação executiva, que se conta do vencimento do título, tal como nele inscrito. O contrato de financiamento habitacional encontra limite próprio, informado por legislação específica, que recepciona o sistema de prévia atualização e posterior amortização das prestações. O que se veda com a Tabela Price é sua utilização para burlar cláusulas contratuais, e cobrar índice de juros e reajuste acima do contratado, porque aí o equilíbrio estaria seriamente comprometido. Esse desequilíbrio contratual ocorre com a "capitalização mensal do saldo devedor", pois o correto é que seja previamente atualizado (fator de manutenção do poder de compra da moeda frente à espiral inflacionária) para que ocorra posterior amortização das prestações (Súmula 450/STJ). Logo, a capitalização mensal de juros do saldo devedor fica excluída, por destoar dos parâmetros técnicos de aplicação da Tabela Price, com isso os juros encontrados por meio da Tabela Price não podem ultrapassar o percentual (6% (seis por cento) ao ano) efetivamente contratado.

Primeiro recurso provido em parte. Segundo recurso não provido (e-STJ, fl. 420).

Os embargos de declaração interpostos por OLÉSIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 589/591).

Irresignada, a PREVI interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da CF, sustentando, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 4º, *a*, III, e 36, ambos da Lei nº 6.434/77; e, 6º, 7º, 9º, 31, 68, 72 e 73, todos da LC nº 109/2001, sob o argumento de inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor às relações jurídicas mantida entre entidade fechada de previdência privada e seus participantes.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 626/635).

O recurso não foi admitido na origem (e-STJ, fls. 637/639).

Irresignada, a PREVI manifestou agravo em recurso especial, sustentando o desacerto da decisão agravada (e-STJ, fls. 642/651).

A contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 661/669).

É o relatório.

Decido.

A insurgência não ultrapassa sequer a barreira do conhecimento.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Da alegada violação dos arts. 4º, a, III, e 36, ambos da Lei nº 6.434/77; e, 6º, 7º, 9º, 31, 68, 72 e 73, todos da LC nº 109/2001

De plano, verifica-se que os mencionados dispositivos de lei, suscitados pela PREVI, não guardam pertinência temática com a tese defendida em seu apelo nobre, não tendo sido sequer objeto de apreciação pela Corte Local, atraindo, portanto, a incidência das Súmulas nºs 282, 284 e 356, todas do STF.

(2) Do dissídio

Na espécie, o dissídio jurisprudencial viabilizador do recurso não foi demonstrado (art. 105, III, c, da CF).

A PREVI não indicou quais os dispositivos legais que porventura foram violados, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF, *verbis*: *É inadmissível o recurso extraordinário quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Como se não bastasse, além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário realizar o cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao questionado dispositivo legal.

Da análise do recurso interposto é possível verificar que a PREVI não

se desincumbiu desta tarefa, não atendendo, portanto, os requisitos dos arts. 1.029, § 1º, do NCPC e 255 do RISTJ, o que inviabiliza o exame do apontado dissídio.

Nesse sentido, vejam-se os julgados a seguir:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. INDICAÇÃO TARDIA DO DISPOSITIVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A indicação de dispositivo legal em torno do qual teria ocorrido interpretação divergente é requisito de admissibilidade do recurso especial previsto pelo art. 105, III, c, da CF, exigido mesmo em caso de dissídio notório, sob pena de incidência do óbice da Súmula 284/STF. Precedentes.

2. Em decorrência da preclusão consumativa, a ausência de indicação do dispositivo na ocasião da interposição do recurso especial não é sanada pelo agravo contra a inadmissão daquele recurso.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 895.772/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 7/3/2017, DJe 13/3/2017 – sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SFH. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO HABITACIONAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. DISSÍDIO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. [...]

2. O conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF. É o caso.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 539.912/RS, minha relatoria, Terceira Turma, julgado em 17/3/2016, DJe 28/3/2016 – sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO PRETORIANO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL OBJETO DE DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA. ÓBICE DA SÚMULA

284/STF. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. Possibilidade de flexibilização dos requisitos formais, legais e regimentais, de admissibilidade do recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional, quando se trata de dissídio notório.

2. Imprescindibilidade da indicação do dispositivo de lei federal objeto de divergência jurisprudencial, ainda que se trate de dissídio notório, por se tratar de requisito previsto no art. 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal.

3. Impossibilidade de saneamento do vício pelo órgão julgador, sob pena de ofensa aos princípios da imparcialidade e do contraditório.

Precedente da Corte Especial.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1.387.411/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 24/8/2015 – sem destaque no original)

Nestas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Inaplicável ao caso a majoração de honorários.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator